



**A DIFUSÃO DA NOÇÃO DE DIFERENÇA NO CAMPO EDUCACIONAL: UMA
BREVE ANÁLISE DE UMA PUBLICAÇÃO PERIÓDICA**

Milene de Jesus Santos¹
Tatiane Ribeiro dos Santos²
Luiz Artur dos Santos Cestari³

INTRODUÇÃO

Este estudo faz parte de uma pesquisa de iniciação científica no âmbito de um projeto mais amplo que pretende investigar a crescente influência exercida a partir dos anos 90 pelo discurso em favor das diferenças e ou da pluralidade no campo educacional brasileiro e, principalmente, na formação de professores. Tomando como base que a crise do modelo de racionalidade global da modernidade possibilitou a emergência de reivindicações de origem pós-materialista e sociocultural orientadas por minirracionalidades (SANTOS, 1997), visualizamos um contexto contemporâneo da educação brasileira em que se torna cada vez mais difundida uma ideia de formação orientada pela necessidade da constituição de uma subjetividade cuja imagem se espelha na aceitabilidade irrestrita do que é diferente e plural para o sujeito.

Podemos perceber isso com a disseminação pela literatura pedagógica contemporânea de terminologias que ensejam essa discursividade, tais como: interculturalidade, diálogo das diferenças, inclusão, aceitação das minorias, etc.

Neste trabalho de modo específico, identificamos alguns autores que trazem o conceito sobre as diferenças, e um desses, é apresentado por Silva (2013, p. 87), afirmando que, “para a perspectiva pós-estruturalista, a diferença é [...] um processo linguístico e discursivo”, e não uma característica natural. O autor dá continuidade argumentando que só se pode ser diferente em relação a algo que se toma como ponto de partida do olhar, o que configura a diferença como uma produção social e relacional.

1 Graduada em Pedagogia na Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB, Brasil. Participa como bolsista da CAPES no Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência - PIBID. Endereço eletrônico: millysantos_js@hotmail.com

2 Graduada em Pedagogia na Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB, Brasil. Bolsista do Programa de Iniciação científica - CNPQ. Endereço eletrônico: tatiane.ribeiro@gmail.com

3 Doutor em Educação pela Universidade Federal de Pernambuco. Atualmente é Professor Titular da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB) – Brasil. Endereço eletrônico: lacestari@hotmail.com



Diante disso, pontuamos como questionamento central para este trabalho o modo como está sendo produzido e difundido o discurso em favor da diferença e ou da pluralidade tomando como referência o estudo sobre a literatura periódica no campo educacional, de modo específico, analisamos dois textos publicados pela revista “Em aberto” intitulada “Diferenças e educação: um enfoque cultural”.

METODOLOGIA

Esta pesquisa é trabalho de análise bibliográfica tomando como base os textos publicados na Revista Em Aberto/INEP, que apresenta diversos temas relacionados à temática das diferenças assim como as ocorrências das discussões sobre o assunto no campo educacional. O que justifica a sua escolha é o fato de a problemática da diferença ser a questão central deste número da revista. A pesquisa em andamento apresenta discussões e resultados parciais realizados recentemente tomando como referências os seguintes textos: “Para pensar a educação e as diferenças sob um enfoque cultural” e o texto “Literatura infantil e educação: ensaiando através de personagens diferentes”.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

No primeiro texto analisado, “Para pensar a educação e as diferenças sob um enfoque cultural”, as autoras apresentam a questão das diferenças tomando como base os estudos culturais numa perspectiva pós-estruturalistas no qual abordam o conceito de identidade/diferença sob uma perspectiva não essencialista. Ambas tratam da questão da diferença e como essa adquire grande relevância na atualidade, no entanto, elas ressaltam que ao mesmo tempo em que se amplia o entendimento de que somos diferentes, também há uma tendência a um diferencialismo útil por meio do qual fortalece em cada indivíduo a sua afirmação em grupos identitários e estes, por sua vez, estabelecem lugares distintos para os sujeitos.

O texto apresenta ainda um enfoque da perspectiva essencialista, que sugerem a existência de um conjunto cristalino e autêntico de características partilhadas por todos aqueles que pertencem a uma dada identidade e que elas não se alterariam. Já as



perspectivas não essencialistas, sugerem que as identidades são criaturas da linguagem e da representação, sendo, assim, construídas na cultura, no interior de relações de poder e resultados de um processo histórico (WOODWARD, 2013). De acordo com as autoras, essas relações de poder que, entre outras coisas, ordenam a vida social estabelecem parâmetros de normalidades, e perpassam as políticas representacionais. Para elas, as práticas culturais diversas (escolares e não escolares) participam da constituição de nós mesmos e dos outros, bem como da forma como entendemos e atribuímos sentidos às diferenças étnico-raciais, religiosas, geracionais de gênero, de sexualidade, de conformação corporal, de classes entre outras. No estudo apresentado pelas autoras, pudemos perceber que houve avanços e retrocessos que ocorreram na legislação brasileira ao longo do tempo e que obedecem estas reivindicações como posições políticas a serem assumidas no cenário educacional.

Por exemplo, desde que a implantação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDBEN), foi promulgada em 1996, já havia um capítulo no qual trata da questão da educação especial, assim como os estados e os municípios vem tentando se adequar para cumprirem as questões que são impostas pela legislação. Além disso, outra reivindicação pautada se refere às questões relacionadas à inclusão da história e da cultura afro-brasileira e indígena nos currículos oficiais e em todas as áreas de ensino, bem como a obrigatoriedade desses conteúdos relativos aos direitos humanos, (LDB em seu parágrafo 9º), onde anos mais tarde em 2003, e, em 2008 esse artigo foi alterado pelas Leis nº 11.645.

Sobre as diferenças religiosas, étnico-raciais, indígenas, de gênero e sexualidade, um dos avanços notados, segundo as autoras foi a publicação dos PCN (Parâmetros Curriculares Nacionais) e embora estes temas tenham sofrido várias críticas, eles foram recomendados apenas como temas transversais para serem abordados nos currículos escolares. O PNE de 2001 estabelecia como um dos objetivos da educação pública a promoção de uma sociedade menos desigual, e entre suas metas estavam por fazer uma abordagem adequada das questões de gênero, etnia, e a eliminação de textos discriminatórios ou que reproduzam estereótipos acerca do papel da mulher, do negro ou do índio. O PNE findou-se em 2011 e não teve suas metas alcançadas. Em contrapartida, o atual PNE que foi aprovado em 2014 não estabeleceu que deve ser abordado de forma direta questões relacionadas a esses temas, e traz apenas de forma genérica que deve ser combatido de qualquer forma a discriminação, sem estabelecer parâmetros de como isso deve ocorrer.

No que se refere a questão da inclusão de pessoas com deficiência auditivas, isso se torna mais grave, pois somente a partir dos anos 2000 é que houve elaboração de



documentos que pautavam a importância de contribuir para o acesso e permanência de sujeitos com deficiência auditivas e visual nos sistemas educacionais.

Quando o tema das diferenças vai para o campo da literatura infantil, percebemos através da análise do texto “Literatura infantil e educação: ensinando através de personagens diferentes”, que a literatura infantil se tornou um fenômeno cultural de relevância em todos os continentes, bem como, um fenômeno de grande sucesso comercial, o que resultou em uma expansão vertiginosa da produção de livros para crianças em todo mundo.

No Brasil, esse movimento só foi expandido por volta da década de 60 do século XX, com a multiplicação de movimentos de promoção e divulgação de leitura entre o público infanto-juvenil. Uma das políticas que se destacam, é o Programa Nacional Biblioteca na Escola (PNBE), que foi instituído em 1997 e executado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), em parceria com a Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação (SEB/MEC). Há algumas décadas vários autores têm produzido livros dotados de elevado valor literário, destinados ao público infantil, em que os textos predominam a fantasia e imaginação, ludicidade, efeitos estilísticos rebuscados, diferentes focalizações e perspectivas de narração, entre outros inúmeros recursos de estética literária. Podendo assim abordar diferentes temas, e alguns assuntos relacionados às diferenças, ressaltando que alguns livros escritos para leitores infantis tendem a abordar o diferente a partir de certos papéis-de-sujeito.

Os autores desse texto citam algumas obras que foram publicadas antes do século XX e que possuem heróis marcados por diferenças de várias categorias, como a deficiência física (o soldadinho de chumbo), o tamanho (o pequeno polegar), a feiura (a bela e a fera). Sobretudo, os autores seguem trazendo exemplos de escritores que escreveram livros para o público infanto-juvenil, nos quais trazem em seus escritos doses de doutrinamentos e concepções deturpadas de ensinamentos, seja em relação ao sofrimento ligados a acidentes, deficiências ou morte.

Dentro dessa perspectiva e considerando, no caso do Brasil, a divulgação dos Parâmetros Curriculares Nacionais, como tema transversal “Pluralidade cultural”, na década de 90, além de outras possibilidades que se explica a proliferação de títulos sobre a diferença nos livros para crianças, publicados, em especial, nas duas últimas décadas os autores apresentam outras possibilidades, de trabalhar com crianças, uma literatura que lança mão de clichês sobre personagens que são considerados de alguma forma diferentes, porém, sem apresentar alguma forma de piedade, sofrimento ou qualquer sentimento que venha nos trazer constrangimento em abordar o tema.



CONCLUSÃO

Com a análise dos materiais aqui apresentados, pudemos concluir que a questão das diferenças é ratificada na compreensão desta como expressão identitária por ser consolidada por meio de discursos que encontram nas legislações educacionais o lugar de sua afirmação. Por isso, a forma como se difunde os discursos em favor da pluralidade ou diferença toma as várias reivindicações em torno da diversidade de povos, gêneros, culturas e outras diferenças citadas aqui no presente trabalho. Entendemos que houve grandes avanços relacionados à temática das diferenças no campo da educação no Brasil, principalmente se levamos em consideração o avanço de algumas políticas públicas e a consolidação de legislações, porém não podemos deixar de ressaltar, que ainda se faz necessário a urgência de se discutir e ampliar o debate do próprio conceito de diferença uma vez que a maioria dos discursos ainda apresenta um entendimento de que a consolidação da reivindicação de uma identidade em específico encerraria a necessidade de pensar a diferença, acreditando que a compensação histórica finalizaria o debate em torno disso.

Tal como argumentamos com Silva (2013) anteriormente, a diferença é um processo discursivo, logo um processo de produção do sentido que não se encerra com a consolidação de determinadas políticas públicas, posto que a diferença permanece apesar de tudo isso e não importa o sentido estabelecido sempre haverá a arbitrariedade e pluralidade do signo ante a constituição de qualquer sentido.

Palavras-chave: Educação. Políticas públicas. Diferenças.

REFERÊNCIAS

BONIN, I. T.; RIPOLL, D.; GUIZZO, B. S. Para pensar a educação e as diferenças sob um enfoque cultural. **Em Aberto**, Brasília, v.29, n.95, p.25-37, jan./abr 2.



SILVEIRA, R. M. H.; KICHOF, E. R. Literatura infantil e educação: ensinando através de personagens diferentes. **Em Aberto**, Brasília, v.29, n.95, p. 41-52.

WOODWORD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: Tomas Tadeu da Silva (org). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. 13 Ed. – Petrópolis, Vozes, 2013.

SILVA, Tomas Tadeu da Silva. A produção social da identidade e da diferença. In: Tomas Tadeu da Silva (org) **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. 13 Ed. – Petrópolis, Vozes, 2013.

SANTOS, Boaventura de Souza. **Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade**. São Paulo: Cortez, 4. ed, 1997, 348p.